

Sebastião Gomes Rangel Júnior  
Coordenador do Fundo  
Municipal de Saúde  
Mat. 25.100 - PMCF

 ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2.205 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

NSFERE PARA 31 DE OUTUBRO DE 2014 O FERIADO QUE  
ECIFICA.

efeito do Município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de  
Janeiro, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em  
vigência.

DECRETA:

o 1º - Fica transferido de 28 para 31 de outubro de 2014 o  
dia do Dia do Servidor Público.

o 2º - Funcionário normalmente nesse dia os serviços  
considerados essenciais.

o 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Arraial do Cabo, 22 de outubro de 2014.

WANDERSON CARDOSO DE BRITO  
Prefeito Municipal

 ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 336/14

efeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, e

SIDERANDO que no acompanhamento e avaliação na  
elaboração ou adequação do Plano Municipal de Educação (PME)  
é de competência da Secretaria Municipal de Educação, Cultura,  
Esporte e Tecnologia com os Sistemas de Ensino do Ministério  
da Educação (SASE/MEC);

SIDERANDO que o Município deverá adequar o texto-base  
do Plano Municipal de Educação, contextualizando ações às



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
Secretaria Municipal de Saúde

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Declaro para fins de reconhecimento do crédito de R\$  
24.758,27 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito  
reais e vinte e sete centavos) à empresa: MEDWORK  
ASSESSORIA E CONSULTORIA S/C - CNPJ. 00.473.075/0001-90  
O equilíbrio orçamentário financeiro será mantido, devido à  
existência de dotação constante no orçamento vigente, cujo  
elemento de despesa é - Fundo Municipal de Saúde.

SÃO PEDRO DA ALDEIA, 19 de Setembro de 2014.

Luiz Carlos dos Santos  
T.C CRC-RJ 62.888-2

X-X

RECONHECIMENTO DE DIVIDA

Reconheço a dívida abaixo identificada, conforme declaração  
da contabilidade, autorizando que seja empenhado na dotação  
própria do orçamento vigente e pago na ordem de liquidação.

PROCESSO: 10306/2014  
FAVORECIDO: MEDWORK ASSESSORIA E CONSULTORIA S/C  
VALOR: R\$ 24.758,27 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta  
e oito reais e vinte e sete centavos)

SÃO PEDRO DA ALDEIA, 19 de Setembro 2014.

ISAURA MARIA SILVA DE OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO  
Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Conforme disposto no artigo 61 parágrafo único da Lei  
8.666/93

Extrato Contratual



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIVISÃO DE COMPRAS

Ratificação e publicação de Dispensa de licitação com base  
no art. 26 da Lei nº 8.666/93

Extrato de Dispensa

Base Legal: art. 24, inc. XXII, da Lei nº 8.666/93

Processo nº 22196/2014

Contratada: Ampla Energia e Serviços S.A.

Objeto: Fornecimento de Energia Elétrica para as unidades de  
Saúde do Município de Cabo Frio

Dotação Orçamentária: 3390390000

Recurso Financeiro: Fonte - 13 PAB FIXO R\$ 480.000,00

Recurso Financeiro: Fonte - 801 MAC R\$ 270.000,00

Recurso Financeiro: Fonte - 803 MAC MUNICIPAL R\$ 522.000,00

Recurso Financeiro: Fonte - 109 - UPA R\$ 288.000,00

Recurso Financeiro: Fonte - 00 - ORDINÁRIO - R\$ 10.800,00



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro  
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

EXTRATO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

INSTRUMENTO: Convênio nº 3/2013, conforme autorização da  
Lei nº 2.507, de 29 de agosto de 2013.

PARTES: MUNICÍPIO DE CABO FRIO e IDOSOS COM AMOR.

OBJETO: Concessão de subvenção social visando à cooperação  
e apoio mútuo no atendimento ao idoso carente em suas  
necessidades básicas.

PRAZO: Exercício 2013.

VALOR: R\$ 22.287,50 (vinte e dois mil duzentos e oitenta e sete  
reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTAÇÃO DO ATO: Processo Administrativo nº 32.879/  
2012 (Processo de Prestação de Contas nº 4.747/2014).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 3º da Lei nº 2.507, de 2013 e  
Deliberação nº 200, de 1996 do Tribunal de Contas do Estado  
do Rio de Janeiro - TCE/RJ.